

“TRABALHO COLETIVO DOCENTE: ENTRAVES E AÇÕES PERTINENTES”

Nathalia Denari¹

Introdução

A escolha do tema para a elaboração deste artigo ocorreu mediante situações observadas e vivenciadas na Instituição Pública de Educação Infantil em que atuo, no que diz respeito a qualidade e a forma em que se apresenta o trabalho coletivo dos profissionais da docência, quase sempre de maneira bastante solitária; o que levou ao surgimento de algumas questões, tais como: quais fatores inviabilizam, atualmente, o trabalho coletivo docente? De quais maneiras este pode ocorrer de forma mais natural e bem articulada?

Tendo por base tais questões, o presente artigo tem como objetivo explicitar alguns aspectos para melhor entendermos os fatores que dificultam esta forma de trabalho, procurando refletir sobre alguns meios para que o trabalho coletivo se dê com maior naturalidade.

Trabalho coletivo e suas dificuldades

Para a construção do trabalho coletivo no que diz respeito às Instituições de Ensino, pensando na perspectiva da Educação Infantil até o Ensino Superior, é relevante que os educadores tenham clareza dos fatores que inviabilizam, atualmente, esta forma de trabalho.

Percebemos que o individualismo pessoal, valorizado e reforçado pela sociedade e elemento básico para a manutenção do sistema capitalista vigente, tem dificultado o trabalhar coletivamente.

Os cursos de formação de professores (Habilitação para o Magistério, Pedagogia e Licenciaturas), geralmente não vivenciam uma proposta pedagógica que proporcione um trabalho coletivo entre os docentes que atuam em licenciaturas. Ironicamente, os futuros educadores escolares aprendem nos próprios cursos de formação como trabalhar de maneira desarticulada e fragmentada, sem uma percepção e um compromisso com a visão de totalidade do currículo escolar. Em outras palavras, a ausência de um trabalho pedagógico interdisciplinar nos próprios cursos de formação contribui para a desarticulação do trabalho na Unidade Escolar; com ausência de trabalho coletivo articulado e coerente nos próprios órgãos que compõem a estrutura da Secretaria de Estado da Educação, pois é freqüente a perplexidade da unidade Escolar diante de solicitações contraditórias e/ou superpostas vindas das Divisões Regionais de Ensino - DREs, Delegacias de Ensino - DES, e demais órgãos centrais.

Destacamos que são poucos os momentos para a articulação dos educadores a fim de discutir e debater a própria prática, com o objetivo de aperfeiçoá-la, e a falta de lideranças que coordenem, estimulem e direcionem um trabalho coletivo. Existe a necessidade dos professores vivenciarem uma proposta de trabalho curricular interdisciplinar, na qual a interdisciplinaridade deixe de ser um conceito abstrato, transformando-se numa proposta pedagógica coletiva e concreta.

¹ *Nathalia Margarita Mayer Denari é Especialista em Educação Infantil e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. Atua como professora de Educação Infantil na Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar tendo desenvolvido pesquisa sobre a temática da Socialização Infantil.*

Outra ordem de dificuldade que podemos salientar são os aspectos pessoais: as convicções e ideologias arraigadas e cristalizadas de cada pessoa, o mito do sucesso pessoal a qualquer preço, a timidez, a falta de arrojo e de coragem para defender seu ponto de vista, o confronto de expectativas e desejos dos sujeitos envolvidos.

É importante dizer que a proposta de trabalho coletivo não está a salvo de tensões e de pressões, uma vez que o processo de tomada de decisões em um grupo é antes de tudo conflitante. As relações entre os pares em conflito podem sair mais fortalecidas ou deterioradas dependendo de como se conduza o processo. Para tal, a habilidade do gestor escolar ou do orientador educacional para com o grupo é de fundamental importância.

Estes profissionais são responsáveis por criar uma melhor disposição de compartilhar princípios, valores e objetivos, possibilitando uma maior flexibilidade no ponto de vista de cada indivíduo para que saibam compreender de forma mais natural o dos outros que com ele convivem, estimulando assim, os professores que têm valores, objetivos, projetos de vida por vezes divergentes a constituírem um grupo de trabalho coletivo.

No entanto, para fomentar esta perspectiva algumas condições especiais são necessárias, como, por exemplo, a compreensão de que uma visão comum sobre a escola, um eixo aglutinador dos seus sujeitos, só pode ser construído a partir das visões particulares, das expectativas de cada um sobre a escola que se pretende organizar.

Como a escola apresenta um papel social já definido – espaço de construção e transmissão de cultura, seus sujeitos deixam de se perguntar que tipo de escola desejam para si, seus alunos e filhos. No entanto, sobre construção e transmissão de cultura há muito por se dizer, desejar e esperar. Principalmente no que diz respeito aos temas, objetivos, métodos e recursos a serem assumidos, sem esquecermos dos valores a serem cultivados junto aos alunos, pais e professores.

A importância do trabalho coletivo na escola, ações pertinentes e o papel do orientador educacional

No que se refere ao entendimento da importância e dos princípios do trabalho coletivo dos professores na construção da realidade da qual fazem parte, ou seja, da escola, essa idéia não se traduz facilmente na prática, pois mesmo considerando a natureza social do ser humano, este nem sempre consegue desenvolver a devida inteligência emocional e social que o torna capaz de obter melhores resultados, assim como de atuar nesta perspectiva.

Este aspecto do trabalho coletivo canaliza muita energia e requer cuidado e atenção. Desta forma, como destaca Grispun (2002), o trabalho de articulação e desenvolvimento de habilidades e atitudes de participação constitui-se em uma condição fundamental do papel do orientador educacional, que, atualmente, lida diretamente com a integração e interação do corpo docente, discente e pais de alunos, ou seja, o orientador educacional atua, hoje, em uma perspectiva coletiva, como mediador de diversas instâncias da comunidade escolar (professores/alunos/pais), sendo um coadjuvante na prática docente.

Heloisa Luck (2006) destaca, os seguintes aspectos para os quais deve-se estar atento: como se dá a participação dos professores na determinação do currículo, na proposição e desenvolvimento do projeto político pedagógico? Qual a natureza de sua participação? Quem participa desse processo, como e por quê? Qual a frequência dessa participação? Qual a estrutura e a dinâmica do processo participativo? Quais seus aspectos mais positivos e suas limitações? Como se dão as relações de comunicação interpessoais? Que motivações as orientam?

Estas são apenas algumas questões cujas expressões devem ser analisadas em cada instituição de ensino, como forma de entender sua dinâmica e superar suas limitações.

A participação dos professores nos diversos assuntos educacionais não deve ser vista como um fim e sim como um meio, no sentido de que o simples participar por participar não acrescenta nada, ao contrário da participação compromissada, que tem em vista os resultados e o desenvolvimento da rede de relações em vários âmbitos, responsável por reforçar o trabalho educacional.

Nas palavras de Luck (2006, p.83): “participação implica em criar uma cultura de troca, reciprocidade e compartilhamento de responsabilidades”, resultando em desenvolvimento da cultura organizacional da escola e, conseqüentemente, melhoria de seus processos sociais e educacionais.

Cabe aqui dizer que, neste contexto, a figura do orientador educacional tem um papel de relevante importância, no sentido de promover na escola uma cultura de reflexão, de crítica e de assimilação de idéias, associadas à ação, pelo conjunto dos que ali atuam como atores sociais. Tal reflexão tem a função de qualificar a participação e dar-lhe conotações de orientação para sua contínua melhoria e alargamento de significado social.

Algumas considerações

Quando nos propomos discutir o tema “entraves para o trabalho coletivo”, levamos em consideração que este tipo de trabalho exige um empenho conjunto, uma aplicação de forças e capacidades, além de direcionamentos de objetivos que manifestem a natureza ou a tendência de um grupo de pessoas, para alcançar um determinado fim comum.

No que se refere, mais especificamente às Instituições de Ensino e à prática docente, pode-se entender por trabalho coletivo a ajuda mútua dos professores, no sentido de manter sempre canais de diálogo abertos, para que articulem melhor suas práticas, visando um trabalho integrado, com o objetivo último de promover aos educandos uma educação plena.

Para concluir, faz-se necessário dizer que essa prática se consolida mediante o entendimento, por parte dos membros da comunidade escolar, dos objetivos educacionais da escola, dos desafios institucionais para realizá-los e da responsabilidade de cada um em relação a esses aspectos, a partir de uma visão de conjunto que promova associação e integração de esforços, em outras palavras, articulação integrada de ações e perspectivas, culminando em.

Referências Bibliográficas

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

Bibliografia

LUCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Roberto & KEITH, Sherry. **A Escola Participativa: O trabalho do gestor escolar.** 4ª.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OYAFUSO, Akiko & MAIA, Eny. **Plano Escolar: caminho para a autonomia.** São Paulo, Ed. Biruta, 2004.